

FUNDAÇÃO BENJAMIM GUIMARÃES

CNPJ: 17.200.429/0001-25

BALANÇO PATRIMONIAL FIM DO DEZEMBRO DE 2022 E 2021				R\$(mil)			
ATIVO	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021	PASSIVO	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
CIRCULANTE		37.801	43.192	CIRCULANTE		47.162	49.185
Caixa e Equivalência de Caixa	4	1.033	1.039	11	10	9.038	9.132
Aplicações Financeiras	4	5.952	16.167	Salários e contribuições sociais	11	6.162	5.279
Contas a receber	5	16.641	16.675	Obrigações fiscais	11,1	1.042	882
Estoques	6	7.587	5.470	Empréstimos e Financiamentos	12	18.676	17.647
Outros Créditos	7	4.170	3.835	Obrigações com convênios	13	2.207	10.225
NÃO CIRCULANTE		576.283	568.586	NÃO CIRCULANTE		91.189	91.196
Realizável a Longo Prazo	8	2.333	840	Empréstimos e Financiamentos	12	77.804	79.681
Depósitos Judiciais	8	434	840	Obrigações com convênios	13	9.038	9.132
Conta Corrente Pacientes Sus/Convênios	8.1	1.904	0	Provisões para demandas judiciais	14	4.347	1.742
Investimentos	6	6	6	PATRIMÔNIO SOCIAL		475.733	471.417
Imobilizado	9	573.911	567.712	Reserva Patrimonial		536.310	536.310
Intangível		28	28	Superválido ou Déficit Acumulados		(60.577)	(64.893)
TOTAL DO ATIVO		614.084	611.778	TOTAL DO PASSIVO		614.084	611.778

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021	R\$(mil)
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS		140.575	116.814	
Custo dos Serviços Prestados	17	(107.690)	(97.700)	
SUPERÁVIT BRUTO		32.885	19.114	
DESPESAS OPERACIONAIS		(7.416)	(8.050)	
Despesas com Pessoal(Adm)	17.1	(7.674)	(9.534)	
Outras Despesas Operacionais	17.1	-	-	
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS		18	182	186
Aluguéis	18	182	186	
SUPERÁVIT OPERACIONAL		17.977	1.716	

RESULTADO FINANCEIRO

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021	R\$(mil)
RECEITA		459	543	
Despesa	(14.119)	(12.540)	(13.661)	(11.997)
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO		4.316	(10.280)	

(*) Contempla o efeito da nota explicativa 2.10

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

	Fundo patrimonial	Ajuste avaliação patrimonial	Total	R\$(mil)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(54.614)	536.310	481.697	
Realização de reservas				(10.280)
Superávit/ Déficit do exercício				(64.894)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(64.894)	536.310	471.417	
Realização de Reservas				4.316
Superávit do exercício				(60.578)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(60.578)	536.310	475.733	

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

	31/12/2022	31/12/2021	R\$(mil)
Fluxo de caixa das atividades operacionais	4.316	(10.280)	
Superávit/ Déficit do exercício	4.316	(10.280)	
Depreciação	5.230	4.938	
Baixa de bens do ativo imobilizado	5.323	11.928	
	14.869	6.586	
(Aumento) redução nos ativos operacionais	35	(3.403)	
Contas a receber	(2.117)	(37)	
Estoques	(335)	836	
Outros ativos	405	36	
Depósitos judiciais	(1.904)	-	
Contas a receber - LP	(1.904)	-	
(Aumento) redução nos passivos operacionais	3.943	(3.155)	
Fornecedores	(160)	(37)	
Obrigações fiscais	(8.774)	5.961	
Obrigações com convênio	2.935	412	
Provisão para demandas judiciais	9.771	8.470	
Caixa líquido das atividades operacionais	9.771	8.470	

	31/12/2022	31/12/2021	R\$(mil)
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(16.751)	(20.451)	
Aquisição de imobilizado	(16.751)	(20.451)	
Caixa líquido das atividades de investimento	(16.751)	(20.451)	

	31/12/2022	31/12/2021	R\$(mil)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	96.480	97.308	
Obtenção de empréstimos e financiamentos	96.480	97.308	
Recebimentos de empréstimos e financiamentos	(97.308)	(170.623)	
Caixa líquido das atividades de financiamento	(828)	18.674	
Acrescimo (decrécimo) líquido em caixa e equivalente caixa	(7.809)	6.693	

	31/12/2022	31/12/2021	R\$(mil)
Caixa e equivalente caixa no início do exercício	17.211	10.518	
Caixa e equivalente caixa no final do exercício	9.403	17.211	
	(7.809)	6.693	

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras

FUNDAÇÃO BENJAMIM GUIMARÃES NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A Fundação Benjamin Guimarães é uma instituição filantrópica, sem fins lucrativos, criada e registrada no Ministério Nacional de Assistência Social (MNAS) sob nº 063.390/45. Conforme Atestado de Registro e Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, foi instituída em 25.01.1944 e adquiriu personalidade jurídica em 01.01.1944, com registro no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas nº 015/23. É reconhecida como de utilidade pública federal conforme Decreto nº 63.886 de 26.11.1968. Revogado pelo Dec. S.M. de 27/05/1992 D.O. 28/05/1992. P. 6950. de utilidade pública estadual conforme Lei nº 2.433 de 19.02.1995 e de utilidade pública municipal conforme a Lei nº 3.011 de 13.12.1979. Tem como objetivo o atendimento médico em geral, tanto em regime ambulatorial como do internamento, desenvolvimento de atividades de assistência social, promoção de pesquisas, aplicação integralmente de seus rendimentos, recursos e eventuais resultados operacionais na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais, no território nacional.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
2.1. Informações gerais
As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, princípios, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e normas aplicáveis às entidades sem fins lucrativos (ITC 002/2011). As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão descritas abaixo, juntamente com as notas explicativas.

2.2. Ajuste de receitas e despesas
As receitas e despesas foram reconhecidas respeitando o princípio contábil da competência, baseado no CPC 25 provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. As mesmas são reconhecidas quando o seu valor pode ser estimado com razoável certeza, quando provável que os benefícios ou prejuízos decorrentes sejam percebidos pela entidade e quando a proporção dos serviços executados possa ser confiavelmente mensurada. Para a maioria das receitas, identificadas e passíveis de mensuração, realiza-se o reconhecimento nesta conta de acordo com as provisões baseadas em relatórios emitidos pelos setores responsáveis. Já as doações que acontecem diretamente em conta bancária da Fundação e que não são passíveis de identificação imediata, são reconhecidas somente quando há evidência suficiente. As receitas e despesas com gratuidades são reconhecidas no resultado, à medida que os serviços prestados relativos a elas ocorrem e são efetivamente mensurados. As despesas com manutenção, realização de eventos e outras despesas são reconhecidas no resultado, quando atendidos todos os requisitos de reconhecimento que, em linhas gerais, estão ligados ao cumprimento pela Fundação das suas obrigações previstas nos convênios firmados, respeitando sempre que necessário o CPC 07 (R1) Subvenção e Assistência Financeira.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação
As demonstrações financeiras estão apresentadas em moeda nacional do Brasil – Real – que é a moeda funcional da Fundação.

2.4. Base de mensuração
As demonstrações financeiras foram preparadas, utilizando-se o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos, tais como instrumentos financeiros, que são mensurados pelo valor justo.

2.5. Instrumentos financeiros
A Fundação não possui instrumentos financeiros – Correlação ao IFRS 9 – e a Fundação valoriza os instrumentos financeiros pelo seu valor de mercado em 31 de dezembro e está sendo demonstrado pelo custo de aquisição mais rendimentos auferidos após esse momento da Fundação juntamente com a empresa de emissão, desde que reconhecido em suas demonstrações financeiras representa o montante de caixa que receberia ou pagaria conforme apropriado.

2.6. Ajuste a valor presente
Os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas dos balanços por valores próximos aos respectivos valores presentes conforme CPC 012 – Ajuste a Valor Presente, fazendo com que a utilização de informações com base no valor presente contaria para o incremento do valor preditivo da Contabilidade; permite a correção de julgamentos acerca de eventos passados já registrados; e traz melhoria na forma pela qual eventos presentes são reconhecidos.

2.7. Tributos
A Fundação não está sujeita à tributação do imposto de renda, da contribuição social sobre o lucro líquido, estando abrangida, todavia, ao cumprimento do que está disposto no artigo 15 da Lei Federal nº 520/567 e à apresentação da Declaração de Rendimentos.

2.8. Trabalho voluntário
A Fundação Benjamin Guimarães, na execução das suas atividades, recebe serviços voluntários.

(b) IMOBILIZADO
O movimento ocorrido no ano de 2022 e demonstrada da seguinte maneira:

Descrição	31/12/2022	Adição	Baixas	31/12/2022	Adições	Baixas	31/12/2022
Terenos	520.629	-	-	520.629	-	-	520.629
Edificações	27.773	-	-	27.773	-	-	27.773
Instalações	9.152	-	-	9.152	-	-	9.152
Beneficiárias	11.862	-	-	11.862	-	-	11.862
Bens móveis	21.888	15.094	(11.996)	24.987	2.714	(1.352)	26.350
Imobilizado em Andamento	9	1.144	(5)	1.148	15	-	1.163
Imóveis de valor - Convênios Públicos	7.266	5.722	-	12.988	7.266	-	20.254
Bens moveis - Convênios Públicos	604.606	16.760	(12.000)	609.365	16.751	(2.267)	623.849
Total	564.128	15.513	(11.929)	567.712	11.522	(5.323)	573.911

O saldo é o resultado da execução de operações feitas pela Fundação, de consequência das suas atividades, o que vem ficando com o que a Administração da Fundação mantém em caixa para o pagamento de obrigações e despesas. Os depósitos, discriminados de acordo com a natureza das discussões, estão assim apresentados:

	31/12/2022	31/12/2021	R\$(mil)
Depósitos Judiciais Recursos Cíveis e Tributárias	78	829	
	434	840	

8.1. CONTA CORRENTE PACIENTES-SUS/CONVÊNIO
Referem-se aos valores que a Fundação Benjamin Guimarães tem a receber de clientes que extrapolam o exercício corrente.

	31/12/2022	31/12/2021	R\$(mil)
Sma/Sus-Incentivo Centare	1.350	-	
Polícia Militar Estado De Minas Gerais	419	772	
Ipsem - Inst. Prev. Serv. Div. De Mig	111	-	
	1.880	772	

	31/12/2022	31/12/2021	R\$(mil)
Salários e Ordenados	2.392	2.172	
Obrigações Sociais	639	479	
Outras Provisões Trabalhistas	5.122	5.279	

Os valores acima se referem às obrigações que a Instituição tem junto aos seus colaboradores, tais como Salários, INSS, FGTS, Contribuição Federal, FGTS e Contas Correntes Pacientes-Sus/Convênios. Outras Provisões Trabalhistas, tais como férias, FGTS de férias e FGTS 13º Salário. Importante ressaltar que todos os valores acima são devidos em uma única vez, que em sua grande maioria se referem a provisões mensais que são quitadas na data de seu vencimento, não há subordinação.

	31/12/2022	31/12/2021	R\$(mil)
Obrigações Fiscais	1.042	882	
	1.042	882	

Os valores mencionados acima se referem aos impostos, tributos e encargos sociais em nome da Instituição.

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A composição dos saldos em 31 de dezembro é assim apresentada:

	Valor Emprestado	Saldo (CP)	Saldo (LP)	Saldo Devedor	Valor Emprestado	Saldo (CP)	Saldo (LP)	Saldo Devedor
BANCO								
Mutuo - CCB 31.70.45838	5.000	-	-	-	2.774	(3)	-	2.627
Juro a Transcorrer - BMG Mutuo - CCB 31.70.45838	-	4.719	2.267	-	3.775	(6)	-	6.902
Outros empréstimos - BMG Mutuo - CCB 31.70.45838	9.968	(521)	(174)	6.292	(145)	(1.880)	-	7.824
BANCO BRASILEIRO								
Juro a Transcorrer - Sicob Credi.com - CCB 111114	-	26.328	-	-	13.000	(9)	-	380
Juro a Transcorrer - Sicob Credi.com - CCB 111114	-	(17.412)	(21.674)	62.193	6.459	(84.641)	-	66.197
Juro a Transcorrer - CEF - 11.4227.610.00006-17	-	2.244	-	-	1.000	(9)	-	380
Juro a Transcorrer - CEF - 11.4227.610.00006-17	-	(2.244)	(11.195)	17.365	20.000	(2.535)	(13.420)	19.618
Juro a Transcorrer - CCB 11147074	-	-	-	64	64	-	-	97
Multa Prol-Pod-Cl-Inscrição-6051709264-83	-	-	-	-	-	-	-	-
Sicob Credi.com - CCB 1342262	3.000	(215)	2.983	2.670	-	-	-	-
Sicob Credi.com - CCB 1342262	7.500	(259)	5.547	7.121	-	-	-	-
Sicob Credi.com - CCB 1342262	374	-	-	-	-	-	-	-
Contrato Drograria Araújo	700	718	-	700	-	-	-	-
Juro a Transcorrer Unimed-BH	410	-	-	-	410	-	-	-
Unimed-BH	-	-	-	-	-	-	-	-
Juro a Transcorrer Unimed-BH	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS	18.632	77.782	96.394	17.785	17.929	79.819	96.748	
Conta Garantida - CEF	-	44	44	-	2	-	-	2
Conta Garantida - CEF	-	44	44	-	515	42	-	512
Contrato Mutuo-PI-Fazco	-	-	-	-	-	-	-	-
Contrato Mutuo-PI-Fazco	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	18.676	77.804	96.480	17.647	79.661	97.308		

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras

13. OBRIGAÇÕES COM CONVÊNIO

	31/12/2022	31/12/2021	R\$(mil)
Subvenções a realizar	9.038	9.132	
Passivos diferido	11.246	20.018	

As Subvenções a Realizar e o Passivo Diferido se referem aos saldos dos recursos de convênios de custeio e investimento, já recebidos e que ainda não foram aplicados nos respectivos objetos, mas que estão dentro do prazo de validade. Os registros contábeis para composição destes saldos são realizados conforme determina o CPC/COMOP (de pronunciamentos contábeis) nº 07 Subvenção e Assistência Governamentais com Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 20 (BV2010).

14. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

4.1) Ações judiciais contabilizadas
A Fundação é ré em diversas ações judiciais, para as quais foram constituídas provisões, conforme determina o CPC/COMOP (de pronunciamentos contábeis) nº 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - IAS 37 - baseado nos estimativos jurídicos de perdas, registradas pela Administração, em conjunto com a sua Assessoria Jurídica, como segue:

CONTINGÊNCIAS:

	31/12/2022	31/12/2021	R\$(mil)
Contingências Trabalhistas	2.732	922	
Contingências Cíveis	872	665	
Fornecedores Em Geral-Acao Civil	4.347	1.742	

a) A Instituição é parte em ações trabalhistas relativas a processos judiciais movidos por ex-empregados e trabalhadores terceirizados. As ações trabalhistas, cuja expectativa de perda é provável, resultante de eventos passados, foi quantificada pela Assessoria Jurídica, em 2021, por R\$ 922 mil e para 2022, por R\$ 2.732 mil. Este aumento nos valores está associado ao aumento expressivo do número de ações trabalhistas ajuizadas por trabalhadores terceirizados que prestaram serviços de telemarketing a favor do Hospital da Bahia.

b) A Fundação é parte em ações judiciais cíveis que se referem à indenização por danos materiais e morais, decorrente de ações movidas contra integrantes do Corpo Clínico do Hospital da Bahia. Para as ações, cuja expectativa de perda é provável, o aumento nos valores está associado ao aumento expressivo do número de ações trabalhistas ajuizadas por trabalhadores terceirizados que prestaram serviços de telemarketing a favor do Hospital da Bahia.

c) A Fundação é parte em ações judiciais cíveis que se referem à indenização por danos materiais e morais, decorrente de ações movidas contra integrantes do Corpo Clínico do Hospital da Bahia. Para as ações, cuja expectativa de perda é provável, o aumento nos valores está associado ao aumento expressivo do número de ações trabalhistas ajuizadas por trabalhadores terceirizados que prestaram serviços de telemarketing a favor do Hospital da Bahia.

d) A Fundação é parte em ações judiciais cíveis que se referem à indenização por danos materiais e morais, decorrente de ações movidas contra integrantes do Corpo Clínico do Hospital da Bahia. Para as ações, cuja expectativa de perda é provável, o aumento nos valores está associado ao aumento expressivo do número de ações trabalhistas ajuizadas por trabalhadores terceirizados que prestaram serviços de telemarketing a favor do Hospital da Bahia.

e) A Fundação é parte em ações judiciais cíveis que se referem à indenização por danos materiais e morais, decorrente de ações movidas contra integrantes do Corpo Clínico do Hospital da Bahia. Para as ações, cuja expectativa de perda é provável, o aumento nos valores está associado ao aumento expressivo do número de ações trabalhistas ajuizadas por trabalhadores terceirizados que prestaram serviços de telemarketing a favor do Hospital da Bahia.

f) A Fundação é parte em ações judiciais cíveis que se referem à indenização por danos materiais e morais, decorrente de ações movidas contra integrantes do Corpo Clínico do Hospital da Bahia. Para as ações, cuja expectativa de perda é provável, o aumento nos valores está associado ao aumento expressivo do número de ações trabalhistas ajuizadas por trabalhadores terceirizados que prestaram